



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E
FINANÇAS
SEMPPLAFIN



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE-RO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
(Processo Administrativo nº 862/2026)

1. PREÂMBULO

1.1 Torna-se público que Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO, por meio do Núcleo de Licitação, instituída pelo Decreto Municipal nº 16/2024, sediada na Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4132 CEP 76.993-000, realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, na **Intenção de Registro de Preços**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decretos municipais nº 22/2024, 24/2024 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 SESSÃO PÚBLICA

Data e hora limite para cadastro das propostas: 16/07/2026 às 08h59min

Data e hora da abertura da sessão: 16/07/2026 às 9h. (horário de Brasília).

Critério de Julgamento: Menor Preço por lote.

Modo de disputa: Aberto.

Plataforma da disputa: LICITANET Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br)

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é registro de preço para Futura e Eventual **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS, NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será por **MENOR PREÇO** por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no termo de referência anexo - I.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema LICITANET (www.licitanet.com.br).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no LICITANET até a data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 4.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.7.4 Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.7.7 Pessoas jurídicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.7.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8 O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.11 O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 4.13 A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.5.1. No ITEM exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo não impedirá o prosseguimento no certame, para aquele ITEM;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, (se for o caso), a assinalação do campo não apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.10.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do ITEM;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

6.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o que estiver especificado no Termo de Referência.
- 7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11 O modo de disputa adotado é aberto, e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a trinta minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.18.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.18.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.18.2.2 empresas brasileiras;
- 7.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.19.4 A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.5 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.14. Se a(s) amostra(s)/catálogo(s) ou ficha técnica(s), apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s)/catálogo(s) ou ficha técnica(s), e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. O licitante deverá apresentar no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não - digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.6. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, contado da solicitação da pregoeira.

9.7. A verificação nos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.7.1. Os documentos relativos à documentos de habilitação que consta no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.8.2. atualizações de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes ecácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.6.1.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) ITEM (s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no portal da transparência do município, no sítio eletrônico www.coloradodoeste.ro.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. fraudar a licitação;

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

13.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

Sistema LICITANET: www.licitanet.com.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), site oficial da prefeitura municipal (www.coloradodoeste.ro.gov.br) e no portal LICITANET (www.licitanet.com.br)
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.11.2. ANEXO II Modelo de Proposta
- 15.11.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE-RO
Processo Administrativo nº 862/2026
(Pregão Eletrônico nº 24/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado à luz da lei **14.133/21**, como peça integrante e indissociável de um procedimento legal pertinente, para que seja formalizada a Licitação na Modalidade: **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, na **Intenção de Registro de Preços**, para Futura e Eventual **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS, NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	Vlr. Unit.	MÉDIO	Interv. de Lance
1	CLINICO GERAL HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER	HORAS/MÊS	01	96,14		0,01
2	CLINICO GERAL TRANSPORTE DE PACIENTES (TFD E TRANSFERENCIAS HOSPITALARES)	HORAS/MÊS	01	84,22		0,01
3	CLINICO GERAL ATENCAO PRIMARIA A SAUDE (UNIDADES BASICAS DE SAUDE UBS)	HORAS/MÊS	01	79,22		0,01
4	ESPECIALISTA EM SAUDE MENTAL CAPS I COLORADO DO OESTE RO	HORAS/MÊS	01	145,00		0,50
5	GINECOLOGISTA RQE HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	257,70		0,50
6	GINECOLOGISTA CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM	HORAS/MÊS	01	218,16		0,50
7	OBSTETRA RQE HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	231,11		0,50
8	OBSTETRA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM	HORAS/MÊS	01	168,99		0,50
9	PEDIATRA RQE HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	354,50		0,50
10	PEDIATRA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS CEM	HORAS/MÊS	01	212,00		0,50
11	PEDIATRA ESPECIALISTA EM PEDIATRIA CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM	HORAS/MÊS	01	122,00		0,50

12	ULTRASSONOGRAFISTA / MEDICO RADIOLOGISTA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	158,32	0,50
13	ULTRASSONOGRAFISTA / MEDICO RADIOLOGISTA ESPECIALISTA EM ULTRASSONOGRAFIA CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	133,32	0,50
14	ANESTESIOLOGISTA RQE HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	256,48	0,50
15	ANESTESIOLOGISTA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM	HORAS/MÊS	01	260,21	0,50
16	GERIATRA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS CEM	HORAS/MÊS	01	197,27	0,50
17	GERIATRA - ESPECIALISTA EM GERIATRIA - CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS CEM	HORAS/MÊS	01	157,27	0,50
18	ORTOPEDISTA RQE HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	352,17	0,50
19	ORTOPEDISTA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS CEM	HORAS/MÊS	01	185,79	0,50
20	UROLOGISTA RQE - CEM	HORAS/MÊS	01	191,22	0,50
21	UROLOGISTA ESPECIALISTA EM UROLOGIA CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS CEM	HORAS/MÊS	01	151,22	0,50
22	COLOPROCTOLOGISTA / ENDOSCOPIA / GASTROENTEROLOGISTA RQE HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	340,28	0,50
23	GENERALISTA PEQUENOS PROCEDIMENTOS HOSPITAL	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	97,20	0,01
24	CIRURGIAO GERAL RQE HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER	SERVIÇO/PROCEDIMENTO	01	373,43	0,50
25	CIRURGIAO GERAL RQE HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER	HORAS/MÊS	01	350,00	0,50
26	TERAPEUTA OCUPACIONAL ESPECIALISTA EM TERAPIA OCUPACIONAL CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS CEM	HORAS/MÊS	01	129,19	0,50

TOTAL ESTIMADO ANUAL: 3.228.139,59

2. DESCRIÇÃO E LOCAL DE ATENDIMENTO

2.1 CLÍNICO GERAL HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER (Plantão 12 e 24h)

Quantidade: 02 médicos em plantão de 24h (Carga horária dia poderá ser: 12h (diurno ou noturno), 24h ou conforme necessidade da Unidade, podendo ser carga horária inferior a descrita).

2.1.1. Atribuições e Obrigações:

- Prestar atendimento aos usuários que buscam a unidade hospitalar em demanda espontânea, tanto adultos como pediátricos, responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;
- Atender os usuários de acordo com Protocolo de Acolhimento e Classificação de Risco definido pela Secretaria Municipal de Saúde e realizado por Enfermeiro capacitado;
- Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, elaborar diagnóstico, plano terapêutico e conduta adequada à condição clínica verificada e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos vigentes;
- Para a prescrição de medicamentos, seguir a padronização da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME);
- Registrar a entrada e saída do plantão em relógio ponto da unidade de saúde, fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade, para suporte básico e avançado de vida;
- Realizar encaminhamentos para serviços de maior complexidade, solicitar e fazer contato com hospitais para transferência de pacientes quando necessário, garantindo a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos para outras cidades do estado de Rondônia.
- Garantir continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso;
- Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário eletrônico, fichas de transferência, encaminhamentos para serviço de verificação de óbitos, IML, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;
- Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência.

2.2 CLÍNICO GERAL TRANSPORTE DE PACIENTES (TFD e Transferências Hospitalares)

Quantidade: 01 médico

2.2.1. Atribuições:

- a) Realizar avaliação clínica prévia do paciente antes do transporte, verificando condições hemodinâmicas, estabilidade clínica e necessidade de suporte durante o deslocamento;
- b) Acompanhar pacientes em transporte intermunicipal, interestadual ou inter-hospitalar, vinculados ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD) ou a transferências reguladas;
- c) Prestar assistência médica contínua durante todo o trajeto, adotando condutas necessárias para manutenção da estabilidade clínica do paciente;
- d) Prescrever e administrar medicamentos, quando necessário, durante o transporte, conforme protocolos assistenciais;
- e) Monitorar sinais vitais e condições clínicas do paciente durante o deslocamento;
- f) Atuar em situações de urgência e emergência que ocorram durante o transporte;
- g) Decidir, de forma técnica, pela continuidade, interrupção ou alteração do transporte, quando houver risco iminente à vida do paciente;
- h) Manter comunicação com a unidade de origem, unidade de destino e equipe de regulação, quando necessário;
- i) Registrar de forma clara e completa as informações clínicas em relatório médico ou prontuário de transporte;
- j) Garantir o correto preenchimento da documentação referente ao TFD e às transferências hospitalares;
- k) Atuar em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde SUS, protocolos do Ministério da Saúde, da SESAU/RO e normas da Secretaria Municipal de Saúde;
- n) Zelar pela ética profissional, segurança do paciente e sigilo das informações;
- o) Cumprir a carga horária, escalas e disponibilidade estabelecidas no edital ou contrato.

2.3 CLÍNICO GERAL ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (Unidades Básicas de Saúde UBS)

2.3.1. Atribuições:

- a) Realizar consultas médicas na Atenção Primária à Saúde, atendendo usuários de todas as faixas etárias, conforme demanda espontânea e programada;
- b) Prestar atendimento clínico integral, humanizado e contínuo, conforme os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde SUS;
- c) Executar ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde;
- d) Acompanhar pacientes portadores de doenças crônicas (hipertensão, diabetes, asma, entre outras), realizando estratificação de risco e acompanhamento longitudinal;
- e) Solicitar, interpretar e avaliar exames laboratoriais e de imagem, bem como prescrever tratamentos conforme protocolos clínicos;
- f) Realizar encaminhamentos regulados para serviços de média e alta complexidade, quando necessário;
- g) Atuar de forma integrada com a Equipe de Saúde da Família, participando de reuniões, discussões de casos e planejamento das ações da UBS;
- h) Realizar atendimentos domiciliares, quando indicado, conforme planejamento da equipe e protocolos da APS;
- i) Preencher, manter e atualizar prontuários médicos, físicos ou eletrônicos, garantindo a fidedignidade das informações;
- j) Participar de ações coletivas, campanhas de saúde, atividades educativas e estratégias de vigilância em saúde;
- k) Emitir atestados, laudos, relatórios e demais documentos médicos, conforme legislação vigente;
- m) Cumprir a carga horária estabelecida, respeitando as normas internas da unidade e da Secretaria Municipal de Saúde;
- n) Atuar conforme os protocolos do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia SESAU/RO e normas municipais;
- o) Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e boas práticas assistenciais.

2.4 ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL CAPS I Colorado do Oeste RO

2.4.1. Atribuições:

- a) Avaliação diagnóstica em saúde mental;
- b) Realizar atendimento médico especializado em saúde mental aos usuários do CAPS I, por meio de consultas individuais e atendimentos em grupo;
- c) Realizar visita ou atendimento domiciliar juntamente com a equipe do CAPS I;
- d) Efetuar avaliação clínica e diagnóstica dos transtornos mentais, incluindo casos de sofrimento psíquico moderado a grave;
- e) Prescrever, acompanhar e ajustar tratamento medicamentoso, observando protocolos clínicos e diretrizes do SUS;
- f) Elaborar, acompanhar e revisar o Projeto Terapêutico Singular (PTS), em conjunto com a equipe multiprofissional;
- g) Atuar no manejo de crises psiquiátricas, adotando condutas clínicas adequadas e articulando, quando necessário, com a rede de urgência e emergência;
- h) Realizar acompanhamento longitudinal dos usuários, promovendo a continuidade do cuidado;
- i) Participar de reuniões de equipe, discussões de casos clínicos e planejamento das ações do CAPS;
- j) Atuar de forma integrada com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo UBS, Hospital Municipal, CEM e serviços de referência;
- k) Emitir laudos, relatórios, pareceres médicos e atestados, quando necessários e conforme legislação vigente;
- m) Manter atualizado o prontuário do usuário, físico ou eletrônico, garantindo registros fidedignos e sigilo das informações;
- n) Orientar usuários e familiares quanto ao tratamento, uso correto de medicamentos e estratégias de reabilitação psicossocial;
- o) Desenvolver ações de promoção da saúde mental, prevenção de agravos e redução de danos, quando aplicável;
- p) Cumprir a carga horária, escala e regime de trabalho estabelecidos no edital ou contrato;

q) Atuar em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde SUS, Portarias do Ministério da Saúde, diretrizes da SESAU/RO e normativas municipais;

2.5 GINECOLOGISTA RQE HOSPITAL (Procedimento)

2.5.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico ginecológico, no Hospital Municipal, conforme escala previamente definida;
- b) Realizar procedimentos compatíveis com a especialidade e com a estrutura hospitalar disponível
- c) Prescrever tratamentos e medicamentos relacionados à assistência ginecológica;
- d) Acompanhar gestantes e puérperas internadas, realizando evolução clínica, orientações e alta hospitalar;
- e) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional, especialmente enfermagem obstétrica, pediatria e anestesiologia;
- f) Registrar de forma clara e completa os atendimentos e procedimentos realizados em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- g) Emitir laudos, relatórios, atestados e demais documentos médicos pertinentes à assistência ginecológica;
- h) Cumprir as normas técnicas, éticas e administrativas do Hospital Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Atuar conforme os protocolos do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde;
- j) pela segurança e qualidade da assistência prestada;
- k) Cumprir integralmente a carga horária estabelecidos no edital ou contrato.

2.6 GINECOLOGISTA CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.6.1. Atribuições:

- a) Realizar consultas ginecológicas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente estabelecida;
- b) Avaliar, diagnosticar e acompanhar pacientes com patologias ginecológicas, de média complexidade, encaminhadas pela Atenção Primária à Saúde;
- c) Executar exames clínicos ginecológicos e avaliações especializadas, conforme protocolos assistenciais;
- d) Solicitar, interpretar e acompanhar exames laboratoriais e de imagem necessários à elucidação diagnóstica;
- e) Prescrever tratamentos clínicos e medicamentosos, conforme diretrizes do SUS e protocolos vigentes;
- f) Realizar acompanhamento ambulatorial e seguimento clínico das pacientes atendidas;
- g) Emitir laudos, pareceres, atestados e relatórios médicos, quando indicados e conforme legislação vigente;
- h) Encaminhar pacientes para atendimento hospitalar ou outras especialidades, quando houver indicação clínica;
- i) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do CEM e com a Rede de Atenção à Saúde do Município;
- j) Registrar de forma clara, completa e fidedigna os atendimentos em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- k) Cumprir a carga horária contratada e os horários definidos no edital ou contrato;
- m) Atuar em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde SUS, protocolos do Ministério da Saúde e normativas da Secretaria Municipal de Saúde;

2.7 OBSTETRA RQE HOSPITAL (Procedimento)

2.7.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico obstétrico, com atuação direta no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO, conforme escala previamente definida;
- b) Atuar na realização de procedimentos obstétricos cirúrgicos, especialmente partos cirúrgicos (cesarianas) e demais intervenções obstétricas que demandem ambiente cirúrgico;
- c) Avaliar clinicamente gestantes com indicação de procedimento cirúrgico obstétrico, definindo condutas conforme protocolos assistenciais;
- d) Atuar no manejo de intercorrências obstétricas de urgência e emergência que requeiram intervenção cirúrgica imediata;
- e) Solicitar, interpretar e acompanhar exames laboratoriais e de imagem necessários à assistência obstétrica cirúrgica;
- f) Prescrever tratamentos e medicamentos relacionados ao período pré, intra e pós-operatório obstétrico;
- g) Acompanhar gestantes e puérperas no pré e pós-operatório, realizando evolução clínica e definição de alta hospitalar;
- h) Atuar de forma integrada com a equipe do Centro Cirúrgico, especialmente anestesiologia, enfermagem cirúrgica, pediatria e clínica médica;
- i) Garantir o cumprimento dos protocolos de segurança do paciente, boas práticas cirúrgicas e assistência obstétrica humanizada;
- j) Registrar de forma clara, completa e fidedigna os procedimentos realizados e atendimentos prestados em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- k) Emitir laudos, relatórios, atestados e demais documentos médicos pertinentes à assistência obstétrica cirúrgica;
- m) Atuar conforme os protocolos do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;
- n) Cumprir integralmente a carga horária e o regime de plantão estabelecidos no edital ou contrato;
- o) Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e segurança da gestante e do recém-nascido.

2.8 OBSTETRA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.8.1. Atribuições:

- a) Realizar consultas obstétricas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente estabelecida;
- b) Prestar atendimento clínico às gestantes encaminhadas pela Atenção Primária à Saúde, especialmente em casos de médio e alto risco, conforme protocolos assistenciais;

- c) Realizar acompanhamento pré-natal especializado, incluindo avaliação clínica, estratificação de risco gestacional e definição de condutas;
- d) Solicitar, interpretar e acompanhar exames laboratoriais e de imagem necessários ao acompanhamento obstétrico;
- e) Prescrever tratamentos e medicamentos relacionados à gestação, conforme diretrizes do SUS;
- f) Orientar gestantes quanto aos cuidados pré-natais, sinais de alerta, parto e puerpério;
- g) Realizar encaminhamentos regulados para atendimento hospitalar, quando houver indicação clínica ou necessidade de internação;
- h) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do CEM e com a Rede de Atenção à Saúde, especialmente UBS e Hospital Municipal;
- i) Registrar de forma clara, completa e fidedigna os atendimentos em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- j) Emitir laudos, pareceres, relatórios e atestados médicos, quando necessários e conforme legislação vigente;
- k) Cumprir a carga horária contratada e os horários definidos no edital ou contrato;
- m) Atuar conforme as normas do Sistema Único de Saúde SUS, protocolos do Ministério da Saúde e normativas da Secretaria Municipal de Saúde;
- n) Zelar pela ética profissional, humanização do atendimento e sigilo das informações.

2.9 PEDIATRA RQE HOSPITAL (Procedimento)

2.9.1. Atribuições:

- a) Atuar no Centro Cirúrgico, realizando assistência médica ao recém-nascido no período pré e pós-parto, especialmente em partos cirúrgicos (cesarianas);
- b) Realizar avaliação clínica imediata do recém-nascido, incluindo exame físico neonatal, classificação de risco e definição de condutas;
- c) Prestar assistência ao recém-nascido durante o pós-parto imediato, garantindo estabilização clínica e cuidados iniciais;
- d) Atuar em intercorrências neonatais ocorridas durante ou após o parto, adotando condutas compatíveis com a complexidade da unidade;
- e) Prescrever tratamentos e medicamentos necessários à assistência neonatal, conforme protocolos assistenciais; Orientar a equipe de enfermagem e os familiares quanto aos cuidados com o recém-nascido;
- f) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Centro Cirúrgico, especialmente obstetrícia, anestesiologia e enfermagem;
- g) Solicitar, interpretar e acompanhar exames complementares quando clinicamente indicados;
- h) Registrar de forma clara, completa e fidedigna os atendimentos realizados em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- i) Emitir laudos, relatórios, atestados e documentos médicos pertinentes à assistência neonatal;
- j) conforme os protocolos do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;
- k) Cumprir integralmente a carga horária e o regime de plantão estabelecidos no edital ou contrato;
- l) Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e segurança do recém-nascido.

2.10 PEDIATRA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.10.1. Atribuições:

- a) Realizar consultas pediátricas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente definida;
- b) Avaliar o crescimento e desenvolvimento infantil, acompanhando crianças e adolescentes em diferentes faixas etárias;
- c) Diagnosticar, tratar e acompanhar patologias pediátricas, incluindo doenças agudas e crônicas;
- d) Solicitar, interpretar e acompanhar exames laboratoriais e de imagem necessários à avaliação clínica pediátrica;
- e) Prescrever tratamentos e medicamentos conforme protocolos clínicos e diretrizes do SUS;
- f) Realizar acompanhamento ambulatorial e seguimento clínico dos pacientes pediátricos;
- g) Orientar pais e responsáveis quanto à saúde da criança, vacinação, alimentação, desenvolvimento e prevenção de doenças;
- h) Encaminhar pacientes para atendimento hospitalar ou outras especialidades, quando houver indicação clínica, por meio da regulação;
- i) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do CEM e com a Rede de Atenção à Saúde do Município;
- j) Registrar de forma clara, completa e fidedigna os atendimentos em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- k) Emitir laudos, pareceres, relatórios e atestados médicos, quando necessários e conforme legislação vigente;
- l) Cumprir a carga horária contratada e os horários definidos no edital ou contrato;
- m) Atuar conforme as normas do Sistema Único de Saúde SUS, protocolos do Ministério da Saúde e normativas da Secretaria Municipal de Saúde;
- n) Zelar pela ética profissional, humanização do atendimento e sigilo das informações.

2.11 PEDIATRA ESPECIALISTA EM PEDIATRIA CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.11.1. Atribuições:

- a) Realizar consultas pediátricas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente definida;
- b) Avaliar o crescimento e desenvolvimento infantil, acompanhando crianças e adolescentes em diferentes faixas etárias;
- c) Diagnosticar, tratar e acompanhar patologias pediátricas, incluindo doenças agudas e crônicas;
- d) Solicitar, interpretar e acompanhar exames laboratoriais e de imagem necessários à avaliação clínica pediátrica;
- e) Prescrever tratamentos e medicamentos conforme protocolos clínicos e diretrizes do SUS;
- f) Realizar acompanhamento ambulatorial e seguimento clínico dos pacientes pediátricos;

- g) Orientar pais e responsáveis quanto à saúde da criança, vacinação, alimentação, desenvolvimento e prevenção de doenças;
- h) Encaminhar pacientes para atendimento hospitalar ou outras especialidades, quando houver indicação clínica, por meio da regulação;
- i) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do CEM e com a Rede de Atenção à Saúde do Município;
- j) Registrar de forma clara, completa e fidedigna os atendimentos em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- k) Emitir laudos, pareceres, relatórios e atestados médicos, quando necessários e conforme legislação vigente;
- l) Cumprir a carga horária contratada e os horários definidos no edital ou contrato;

2.12 ULTRASSONOGRAFISTA / MÉDICO RADIOLOGISTA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Procedimento)

2.12.1 Atribuições:

- a) Realizar exames de ultrassonografia e demais exames diagnósticos compatíveis com a especialidade, conforme demanda do Centro de Especialidades Médicas CEM;
 - b) Executar exames de imagem, incluindo ultrassonografia geral, obstétrica, ginecológica, abdominal, pélvica, de partes moles e outras, conforme habilitação profissional;
 - c) Avaliar tecnicamente os exames realizados e emitir laudos médicos claros, objetivos e conclusivos, dentro dos prazos estabelecidos;
 - d) Solicitar, quando necessário, informações clínicas complementares para adequada interpretação dos exames;
 - e) Zelar pela correta utilização dos equipamentos de diagnóstico por imagem, observando normas técnicas e de segurança;
 - f) Atuar em conformidade com os protocolos técnicos e éticos da Radiologia e Ultrassonografia;
 - g) Registrar os exames realizados e os respectivos laudos em sistema próprio ou prontuário eletrônico/físico;
 - h) Atuar de forma integrada com os profissionais solicitantes dos exames e com a equipe multiprofissional do CEM;
 - i) Cumprir a carga horária contratada e os horários definidos no edital ou contrato;
 - j) Atuar conforme as normas do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;
 - k) Observar e cumprir as normas de radioproteção, biossegurança e segurança do paciente, quando aplicável;
- Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e qualidade dos serviços prestados.

2.13 ULTRASSONOGRAFISTA / MÉDICO RADIOLOGISTA ESPECIALISTA EM ULTRASSONAGRAFIA CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Procedimento)

2.13.1. Atribuições:

- a) Realizar exames de ultrassonografia e demais exames diagnósticos compatíveis com a especialidade, conforme demanda do Centro de Especialidades Médicas CEM;
 - b) Executar exames de imagem, incluindo ultrassonografia geral, obstétrica, ginecológica, abdominal, pélvica, de partes moles e outras, conforme habilitação profissional;
 - c) Avaliar tecnicamente os exames realizados e emitir laudos médicos claros, objetivos e conclusivos, dentro dos prazos estabelecidos;
 - d) Solicitar, quando necessário, informações clínicas complementares para adequada interpretação dos exames;
 - e) Zelar pela correta utilização dos equipamentos de diagnóstico por imagem, observando normas técnicas e de segurança;
 - f) Atuar em conformidade com os protocolos técnicos e éticos da Radiologia e Ultrassonografia;
 - g) Registrar os exames realizados e os respectivos laudos em sistema próprio ou prontuário eletrônico/físico;
 - h) Atuar de forma integrada com os profissionais solicitantes dos exames e com a equipe multiprofissional do CEM;
 - i) Cumprir a carga horária contratada e os horários definidos no edital ou contrato;
 - j) Atuar conforme as normas do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;
 - k) Observar e cumprir as normas de radioproteção, biossegurança e segurança do paciente, quando aplicável;
- Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e qualidade dos serviços prestados.

2.14 TERAPEUTA OCUPACIONAL ESPECIALISTA EM TERAPIA OCUPACIONAL CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.14. Atribuições:

- a) Realizar avaliação funcional, cognitiva, sensorial, motora e psicossocial do paciente;
- b) Aplicar escalas e instrumentos padronizados de avaliação;
- c) Identificar limitações nas atividades de vida diária (AVDs) e atividades instrumentais de vida diária (AIVDs);
- d) Elaborar diagnóstico terapêutico ocupacional;
- e) Elaborar Plano Terapêutico Singular (PTS) individualizado;
- f) Definir metas terapêuticas de curto, médio e longo prazo;
- g) Estabelecer frequência e estratégias de intervenção;
- h) Realizar atendimentos individuais e/ou em grupo;
- i) Desenvolver atividades terapêuticas voltadas à:
- j) Reabilitação física e neurológica;
- k) Estimulação cognitiva;
- l) Desenvolvimento infantil;
- m) Saúde mental;
- n) Reabilitação do idoso.
- o) Orientar sobre ergonomia e organização das atividades diárias;
- p) Orientar sobre adaptações domiciliares;

- q) Contribuir para prescrição de recursos de acessibilidade;
- r) Atuar de forma integrada com médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e assistentes sociais;
- s) Participar de reuniões de equipe;
- t) Contribuir com discussões de casos clínicos;
- u) Registrar evoluções em prontuário;
- v) Emitir relatórios e pareceres técnicos;
- x) Cumprir protocolos clínicos e normas institucionais;
- z) Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e qualidade dos serviços prestados.

2.15 ANESTESIOLOGISTA RQE HOSPITAL MUNICIPAL (Procedimento)

2.15.1. Atribuições:

- a) Prestar serviços médicos especializados em anestesiologia, conforme escala definida, no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO;
- b) Atuar de forma direta no Centro Cirúrgico, prestando assistência anestésica em cirurgias eletivas, cirurgias de urgência e emergência e partos cesáreos;
- c) Administrar anestesia geral, regional ou local, conforme indicação clínica e protocolos assistenciais;
- d) Monitorar continuamente os parâmetros clínicos e hemodinâmicos do paciente durante o ato anestésico;
- e) Atuar no manejo da dor no intra e pós-operatório imediato, quando aplicável;
- f) Prestar suporte anestésico em procedimentos obstétricos cirúrgicos, garantindo segurança da gestante e do recém-nascido;
- g) Atuar em intercorrências anestésicas e emergências intraoperatórias, adotando condutas técnicas adequadas;
- h) Registrar de forma clara e completa os atos anestésicos em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- i) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Centro Cirúrgico, incluindo cirurgiões, obstetras, pediatras e enfermagem;
- j) Cumprir os protocolos de segurança do paciente, boas práticas anestésicas e normas da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar CCIH;
- k) Atuar conforme as normas do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;
- l) Zelar pela ética profissional, sigilo das informações e qualidade da assistência prestada.

2.16 ANESTESIOLOGISTA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.16.1. Atribuições:

- a) Prestar serviços médicos especializados em anestesiologia, em regime de hora, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM;
- b) Realizar avaliação pré-anestésica de pacientes encaminhados para procedimentos cirúrgicos eletivos, obstétricos ou diagnósticos que demandem anestesia, sedação ou analgesia;
- c) Emitir parecer anestésico e classificar risco cirúrgico anestésico, conforme protocolos clínicos vigentes;
- d) Definir técnica anestésica mais adequada de acordo com o procedimento e as condições clínicas do paciente;
- e) Atuar no planejamento anestésico de cirurgias e procedimentos a serem realizados no Hospital Municipal, inclusive partos cesáreos, quando houver encaminhamento prévio pelo CEM;
- f) Prestar orientações aos pacientes quanto aos cuidados pré e pós-anestésicos;
- g) Registrar informações, avaliações e condutas em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- h) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do CEM e do Hospital Municipal, quando necessário;
- i) Cumprir as normas do Sistema Único de Saúde SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde;
- j) Cumprir a carga horária contratada, observando ética profissional, sigilo das informações e boas práticas assistenciais.

2.17 GERIATRA RQE CEM (Regime de Hora)

2.17. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Geriatria aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM;
- b) Realizar consultas ambulatoriais especializadas para avaliação integral da pessoa idosa, considerando aspectos clínicos, funcionais, cognitivos, psicológicos e sociais;
- c) Diagnosticar, tratar e acompanhar doenças crônicas prevalentes na população idosa, bem como síndromes geriátricas, tais como fragilidade, quedas, demência, incontinência, imobilidade e polifarmácia;
- d) Elaborar e acompanhar planos terapêuticos individualizados, priorizando o envelhecimento saudável, a funcionalidade e a autonomia do paciente;
- e) Prescrever tratamentos, solicitar e interpretar exames complementares, conforme protocolos clínicos e diretrizes do SUS;
- f) Atuar de forma integrada com a Atenção Primária à Saúde, CAPS, Hospital Municipal e demais serviços da Rede de Atenção à Saúde;
- g) Emitir pareceres médicos especializados quando solicitado por outros serviços da rede municipal de saúde;
- h) Orientar pacientes, familiares e cuidadores quanto aos cuidados com a pessoa idosa, uso racional de medicamentos e prevenção de agravos;
- i) Registrar atendimentos, condutas e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- j) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- k) Cumprir a carga horária contratada, zelando pela qualidade, humanização e segurança da assistência prestada.

2.18 GERIATRA ESPECIALISTA EM GERIATRIA CEM (Regime de Hora)

2.18.1 Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Geriatria aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM;
- b) Realizar consultas ambulatoriais especializadas para avaliação integral da pessoa idosa, considerando aspectos clínicos, funcionais, cognitivos, psicológicos e sociais;
- c) Diagnosticar, tratar e acompanhar doenças crônicas prevalentes na população idosa, bem como síndromes geriátricas, tais como fragilidade, quedas, demência, incontinência, imobilidade e polifarmácia;
- d) Elaborar e acompanhar planos terapêuticos individualizados, priorizando o envelhecimento saudável, a funcionalidade e a autonomia do paciente;
- e) Prescrever tratamentos, solicitar e interpretar exames complementares, conforme protocolos clínicos e diretrizes do SUS;
- f) Atuar de forma integrada com a Atenção Primária à Saúde, CAPS, Hospital Municipal e demais serviços da Rede de Atenção à Saúde;
- g) Emitir pareceres médicos especializados quando solicitado por outros serviços da rede municipal de saúde;
- h) Orientar pacientes, familiares e cuidadores quanto aos cuidados com a pessoa idosa, uso racional de medicamentos e prevenção de agravos;
- i) Registrar atendimentos, condutas e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- j) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do Ministério da Saúde e da j) Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- k) Cumprir a carga horária contratada, zelando pela qualidade, humanização e segurança da assistência prestada.

2.19 ORTOPEDISTA RQE HOSPITAL MUNICIPAL (Procedimento)

2.19.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Ortopedia e Traumatologia no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO, com atuação no Centro Cirúrgico;
- b) Executar procedimentos cirúrgicos ortopédicos, conforme habilitação profissional, protocolos assistenciais vigentes conforme capacidade instalada da unidade;
- c) Atuar no pré, trans e pós-operatório, assegurando acompanhamento integral e seguro aos pacientes submetidos a procedimentos ortopédicos;
- d) Registrar avaliações, procedimentos e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- e) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Hospital Municipal, especialmente com enfermagem, anestesiologia e fisioterapia;
- f) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, protocolos do SUS, diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- g) Cumprir a carga horária e a escala de plantão estabelecidas, garantindo continuidade, segurança e qualidade da assistência prestada.

2.20 ORTOPEDISTA RQE CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM (Regime de Hora)

2.20.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Ortopedia e Traumatologia aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM;
- b) Realizar avaliação clínica, cirúrgica e ambulatorial de pacientes com afecções ortopédicas e traumatológicas;
- c) Realizar consultas ambulatoriais especializadas para avaliação, diagnóstico e acompanhamento de pacientes com doenças e lesões do sistema musculoesquelético;
- d) Avaliar pacientes encaminhados pela Atenção Primária à Saúde, urgência/emergência ou outros serviços da Rede de Atenção à Saúde;
- e) Solicitar, analisar e interpretar exames complementares (radiografias, tomografias, ressonâncias e exames laboratoriais), conforme necessidade clínica;
- f) Prescrever tratamento clínico e conservador, orientações terapêuticas e encaminhamentos quando indicados;
- g) Emitir pareceres médicos especializados e laudos quando solicitado;
- h) Indicar e encaminhar pacientes para avaliação cirúrgica no Hospital Municipal, quando houver necessidade de procedimento cirúrgico;
- i) Realizar acompanhamento ambulatorial pré e pós-cirúrgico, quando aplicável, respeitando os fluxos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- j) Atuar de forma integrada com a Atenção Primária à Saúde, Hospital Municipal, fisioterapia e demais serviços da rede municipal;
- k) Registrar atendimentos, condutas e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- l) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde, da SESAU/RO e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- m) Cumprir a carga horária contratada, garantindo qualidade, segurança e humanização no atendimento.

2.21 UROLOGISTA RQE CEM (Regime de Hora)

2.21.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Urologia aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, com atuação direcionada à Campanha Novembro Azul;
- b) Realizar consultas urológicas especializadas voltadas à promoção da saúde do homem, com ênfase na prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento das doenças urológicas, especialmente o câncer de próstata;
- c) Executar avaliação clínica urológica, incluindo anamnese, exame físico e exames específicos, conforme protocolos clínicos vigentes;
- d) Solicitar, analisar e interpretar exames complementares (PSA, exames laboratoriais e de imagem), conforme indicação médica;
- e) Realizar toque retal, quando clinicamente indicado e com consentimento do paciente;
- f) Emitir pareceres médicos especializados e estabelecer condutas terapêuticas conforme diagnóstico;
- g) Orientar os pacientes quanto à prevenção, fatores de risco, hábitos de vida saudáveis e importância do acompanhamento urológico periódico;
- h) Atuar de forma integrada com a Atenção Primária à Saúde e demais serviços da Rede de Atenção à Saúde, garantindo fluxo de encaminhamento e contrarreferência;
- i) Registrar atendimentos, condutas e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- j) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- k) Cumprir a carga horária contratada, observando qualidade, humanização e sigilo das informações.

2.22 UROLOGISTA ESPECIALISTA EM UROLOGIA CEM (Regime de Hora)

2.22.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Urologia aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, com atuação direcionada à Campanha Novembro Azul;
- b) Realizar consultas urológicas especializadas voltadas à promoção da saúde do homem, com ênfase na prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento das doenças urológicas, especialmente o câncer de próstata;
- c) avaliação clínica urológica, incluindo anamnese, exame físico e exames específicos, conforme protocolos clínicos vigentes;
- d) Solicitar, analisar e interpretar exames complementares (PSA, exames laboratoriais e de imagem), conforme indicação médica;
- e) Realizar toque retal, quando clinicamente indicado e com consentimento do paciente;
- f) Emitir pareceres médicos especializados e estabelecer condutas terapêuticas conforme diagnóstico;
- g) Orientar os pacientes quanto à prevenção, fatores de risco, hábitos de vida saudáveis e importância do acompanhamento urológico periódico;
- h) Atuar de forma integrada com a Atenção Primária à Saúde e demais serviços da Rede de Atenção à Saúde, garantindo fluxo de encaminhamento e contrarreferência;
- i) Registrar atendimentos, condutas e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- j) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- k) Cumprir a carga horária contratada, observando qualidade, humanização e sigilo das informações.

2.23 COLOPROCTOLOGISTA / ENDOSCOPIA / GASTROENTEROLOGISTA RQE HOSPITAL (Procedimento)

2.23.1 Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Coloproctologia, Endoscopia Digestiva e/ou Gastroenterologia aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO;
- b) Executar procedimentos endoscópicos digestivos, diagnósticos e terapêuticos, conforme habilitação profissional, protocolos assistenciais e capacidade técnica da unidade;
- c) Realizar procedimentos cirúrgicos e/ou intervencionistas compatíveis com a especialidade e estrutura do Hospital Municipal;
- d) Atuar no pré, trans e pós-operatório, assegurando acompanhamento integral dos pacientes submetidos a procedimentos clínicos ou cirúrgicos;
- e) Realizar os procedimentos e atendimentos no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal, mediante liberação e autorização prévia do Setor de Regulação, por meio do Sistema SISREG, respeitando a fila regulada e os critérios de prioridade;
- f) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Hospital Municipal, incluindo anestesiologia, enfermagem e demais serviços assistenciais;
- g) Registrar avaliações, procedimentos e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- h) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- i) Cumprir a carga horária e a escala de plantão estabelecidas, garantindo continuidade, segurança e qualidade da assistência prestada.

2.24 GENERALISTA PEQUENOS PROCEDIMENTOS HOSPITAL (Procedimento)

2.24.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico generalista no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO, com atuação no b) Centro Cirúrgico, voltado à realização de pequenos procedimentos cirúrgicos;
- c) Executar pequenos procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade, compatíveis com a formação médica generalista, tais como suturas, drenagens simples, biópsias superficiais, retirada de lesões cutâneas, entre outros;
- d) Atuar no pré, trans e pós-procedimento, garantindo acompanhamento seguro e integral do paciente;
- e) Prescrever tratamentos e cuidados pós-procedimento, orientando os pacientes quanto ao acompanhamento e sinais de alerta;

- f) Realizar os procedimentos no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal, mediante liberação e autorização prévia do Setor de Regulação, por meio do Sistema SISREG, quando aplicável;
- g) Registrar avaliações, procedimentos e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- h) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Hospital Municipal, especialmente enfermagem e anestesiologia, quando necessário;
- i) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- j) Cumprir a carga horária e a escala de plantão estabelecidas, garantindo segurança, qualidade e humanização da assistência prestada.

2.25 CIRURGIÃO GERAL RQE HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER (Procedimento)

2.25.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Cirurgia Geral aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier, no Município de Colorado do Oeste RO;
- b) Executar procedimentos cirúrgicos gerais, conforme a Tabela de Procedimentos vigente do Estado de Rondônia, respeitando a habilitação profissional, protocolos assistenciais e a capacidade instalada do hospital;
- c) Realizar os procedimentos no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal, mediante liberação e autorização prévia do Setor de Regulação, por meio do Sistema SISREG, observando a fila regulada e os critérios de prioridade estabelecidos;
- d) Atuar no pré, trans e pós-operatório, assegurando acompanhamento integral e seguro dos pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos;
- e) Prescrever tratamentos clínicos e cirúrgicos, acompanhando a evolução dos pacientes internados;
- f) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Hospital Municipal, incluindo anestesiologia, enfermagem, centro cirúrgico e demais serviços assistenciais;
- g) Registrar avaliações, procedimentos e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- h) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- i) Cumprir a carga horária e a escala de plantão estabelecidas, garantindo continuidade, segurança e qualidade da assistência prestada.

2.26 CIRURGIÃO GERAL RQE HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER (Regime de Hora)

2.26.1. Atribuições:

- a) Prestar atendimento médico especializado em Cirurgia Geral aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier, no Município de Colorado do Oeste RO;
- b) Realizar avaliação clínica e cirúrgica de pacientes com afecções passíveis de tratamento cirúrgico geral, em caráter eletivo e/ou de urgência e emergência;
- c) Executar procedimentos cirúrgicos gerais, conforme a Tabela de Procedimentos vigente do Estado de Rondônia, respeitando a habilitação profissional, protocolos assistenciais e a capacidade instalada do hospital;
- d) Realizar os procedimentos no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal, mediante liberação e autorização prévia do Setor de Regulação, por meio do Sistema SISREG, observando a fila regulada e os critérios de prioridade estabelecidos;
- e) Atuar no pré, trans e pós-operatório, assegurando acompanhamento integral e seguro dos pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos;
- f) Solicitar, analisar e interpretar exames complementares necessários à definição da conduta médica;
- g) Prescrever tratamentos clínicos e cirúrgicos, acompanhando a evolução dos pacientes internados;
- h) Atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional do Hospital Municipal, incluindo anestesiologia, enfermagem, centro cirúrgico e demais serviços assistenciais;
- i) Registrar avaliações, procedimentos e evoluções em prontuário médico, físico ou eletrônico;
- j) Cumprir as normas éticas do Conselho Federal de Medicina CFM, diretrizes do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste RO;
- k) Cumprir a carga horária e a escala de plantão estabelecidas, garantindo continuidade, segurança e qualidade da assistência prestada.

2.27. MAPEAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

2.27.1. O mapeamento completo das unidades de saúde que compõem a rede assistencial do Município de Colorado do Oeste/RO, com seus respectivos horários de funcionamento, conforme dados extraídos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e do Portal da Prefeitura Municipal.

Unidade de Saúde	CNES	Tipo	Funcionamento	Regime Proposto
Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier	2808544	Hospital Geral	24h/7 dias (Sempre Aberto)	Plantão 12h/24h
Centro de Especialidades Médicas (CEM)	Vinculado SEMUSA	Ambulatório Especializado	Seg-Sex, 07h-17h	Hora (Agenda)

Unidade de Saúde	CNES	Tipo	Funcionamento	Regime Proposto
UBS Jois Antonio de Souza	2806827	UBS/ESF	Seg-Sex, 07h as 11h e das 13h as 17h	Carga Horária Semanal
UBS Luiza Mauricio Simoes	4000226	UBS/ESF	Seg-Sex, 07h as 11h e das 13h as 17h	Carga Horária Semanal
UBS Natalia Fabiano Lopes	2803178	UBS/ESF	Seg-Sex, 07h as 11h e das 13h as 17h	Carga Horária Semanal
UBS Francisco Emidio de Almeida	9948929	UBS/ESF	Seg-Sex, 07h as 11h e das 13h as 17h	Carga Horária Semanal
UBS Enfer. Jose Ronaldo dos Santos Souza	3327965	UBS/ESF	Seg-Sex, 07h as 11h e das 13h as 17h	Carga Horária Semanal
CAPS I Dr. Marlon Cesar Rezende	5499984	CAPS I	Seg-Sex, 07h-17h	Carga Horária Semanal
Transporte de Pacientes (TFD)	N/A	Remoção	Sob Demanda (24h)	Sobreaviso + Evento

2.28. METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO POR UNIDADE

2.28.1 HOSPITAL MUNICIPAL DR. PEDRO GRANGEIRO XAVIER

a) Preambularmente, cumpre asseverar que o presente documento estabelece a metodologia de contratação e o Plano de Trabalho exclusivo para o edital de profissionais médicos no âmbito do Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier, em Colorado do Oeste/RO.

b) Sob o prisma da continuidade do múnus público e da garantia do direito constitucional à saúde, o planejamento estrutura-se a partir da análise pormenorizada da infraestrutura instalada e das demandas assistenciais de uma população estimada de 16.588 habitantes.

c) Haja vista que a unidade hospitalar possui Centro Cirúrgico ativo, equipamento de Raio-X disponível 24 horas e opera com prontuário eletrônico, a padronização do método de contratação revela-se imperativa para otimizar a capacidade instalada e mitigar riscos de desassistência. O modelo proposto fundamenta-se no d) d) Artigo 79 da Lei nº 14.133/2021, configurando hipótese de edital paralela e não excludente.

c) Insta salientar que a reestruturação do modelo de remuneração migrando especialidades de retaguarda do regime de plantão fixo para o regime de hora e tele-urgência constitui medida de blindagem jurídica do ato administrativo. Tal inovação demonstra a adequação do instrumento convocatório aos princípios da eficiência e da economicidade, reduzindo substancialmente a probabilidade de representações perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RO) por pagamento de plantões ociosos.

2.29. METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO: MODELO HÍBRIDO

a) Ab initio, impende destacar que o método de contratação para o Hospital Municipal dar-se-á sob um Modelo Híbrido, segmentado de acordo com a natureza do atendimento (urgência de porta, procedimentos eletivos agendados e suporte especializado).

b) Subjaz à hipótese a premissa de que a contratação por plantão presencial ininterrupto justifica-se exclusivamente para a porta de entrada (Pronto-Socorro).

c) Para as demais especialidades, institui-se o Regime de Hora (presencial) e a Tele-Urgência (remota), conforme detalhado nos tópicos subsequentes

Especialidade	CBO	Regime de Contratação	Forma de Acionamento / Atuação
Clínico Geral	2251-25	Plantão Presencial 12h/24h	Escala fixa na porta de urgência/emergência
CLINICO GERAL TRANSPORTE DE PACIENTES	2251-25	Conforme Regulação	A execução do serviço ocorrerá sob demanda, mediante estrito acionamento formal pela Diretoria Clínica ou pela Central de Regulação do Município.
CLINICO GERAL ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2251-25	Regime de Hora	Realizar consultas médicas na Atenção Primária à Saúde, atendendo usuários de todas as faixas etárias, conforme demanda espontânea e programada
ESPECIALISTA EM SAUDE MENTAL	2251-33	Regime de Hora	Avaliação diagnóstica em saúde mental; Realizar atendimento médico especializado em saúde mental aos usuários do CAPS I, por meio de consultas individuais e atendimentos em grupo
Ginecologista/Obstetra	2252-55	Regime de Hora	Realizar consultas ginecológicas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente estabelecida; Realizar consultas obstétricas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente estabelecida.
Pediatra	2251-24	Regime de Hora	Realizar consultas pediátricas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente definida;

Anestesiologista	2251-04	Regime de Hora	Prestar serviços médicos especializados em anestesiologia, em regime de hora, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM; Realizar avaliação pré-anestésica de pacientes encaminhados para procedimentos cirúrgicos eletivos, obstétricos ou diagnósticos que demandem anestesia, sedação ou analgesia;
Geriatra	2251-80	Regime de Hora	Prestar atendimento médico especializado em Geriatria aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM.
Ortopedista	2252-65	Tele-Urgência + Regime de Hora	Prestar atendimento médico especializado em Ortopedia e Traumatologia aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM; Realizar avaliação clínica, cirúrgica e ambulatorial de pacientes com afecções ortopédicas e traumatológicas; Realizar consultas ambulatoriais especializadas para avaliação, diagnóstico e acompanhamento de pacientes com doenças e lesões do sistema musculoesquelético; Acionamento remoto 24h + horas para ambulatório/eletivas
Urologista	2252-85	Regime de Hora	Prestar atendimento médico especializado em Urologia aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, com atuação direcionada à Campanha Novembro Azul; Realizar consultas urológicas especializadas voltadas à promoção da saúde do homem, com ênfase na prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento das doenças urológicas, especialmente o câncer de próstata; Executar avaliação clínica urológica, incluindo anamnese, exame físico e exames específicos, conforme protocolos clínicos vigentes; Solicitar, analisar e interpretar exames complementares (PSA, exames laboratoriais e de imagem), conforme indicação médica;
Terapeuta Ocupacional	2239-05	Regime de Hora	Realizar acompanhamento e avaliação funcional, cognitiva, sensorial, motora e psicossocial do paciente;
Cirurgião Geral	2252-10	Regime de Hora	Prestar atendimento médico especializado em Cirurgia Geral aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier, no Município de Colorado do Oeste RO;

Especialidade	CBO	Regime de Contratação	Forma de Acionamento / Atuação
GINECOLOGISTA RQE	2252-50	Procedimento	Realizar consultas ginecológicas especializadas no âmbito do Centro de Especialidades Médicas CEM, conforme agenda previamente estabelecida; Avaliar, diagnosticar e acompanhar pacientes com patologias ginecológicas, de média complexidade, encaminhadas pela Atenção Primária à Saúde;
OBSTETRA RQE	2252-50	Procedimento	Prestar atendimento médico obstétrico, com atuação direta no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO, conforme escala previamente definida; Atuar na realização de procedimentos obstétricos cirúrgicos, especialmente partos cirúrgicos (cesarianas) e demais intervenções obstétricas que demandem ambiente cirúrgico; Avaliar clinicamente gestantes com indicação de procedimento cirúrgico obstétrico, definindo condutas conforme protocolos assistenciais;
PEDIATRA RQE	2251-24	Procedimento	Prestar atendimento médico pediátrico, presencial, no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO,

			conforme escala previamente definida; Atuar no Centro Cirúrgico, realizando assistência médica ao recém-nascido no período pré e pós-parto, especialmente em partos cirúrgicos (cesarianas).
Ultrassonografista RQE	225320	Procedimento	Realizar exames de ultrassonografia e demais exames diagnósticos compatíveis com a especialidade, conforme demanda do Centro de Especialidades Médicas CEM; Executar exames de imagem, incluindo ultrassonografia geral, obstétrica, ginecológica, abdominal, pélvica, de partes moles e outras, conforme habilitação profissional;
ESPECIALISTA EM ULTRASSONOGRAFIA	225320	Procedimento	Realizar exames de ultrassonografia e demais exames diagnósticos compatíveis com a especialidade, conforme demanda do Centro de Especialidades Médicas CEM; Executar exames de imagem, incluindo ultrassonografia geral, obstétrica, ginecológica, abdominal, pélvica, de partes moles e outras, conforme habilitação profissional;
ANESTESIOLOGISTA RQE	2251-04	Procedimento	Prestar serviços médicos especializados em anestesiologia, conforme escala definida, no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO; Atuar de forma direta no Centro Cirúrgico, prestando assistência anestésica em cirurgias eletivas, cirurgias de urgência e emergência e partos cesáreos; Administrar anestesia geral, regional ou local, conforme indicação clínica e protocolos assistenciais; Monitorar continuamente os parâmetros clínicos e hemodinâmicos do paciente durante o ato anestésico; Atuar no manejo da dor no intra e pós-operatório imediato, quando aplicável; Prestar suporte anestésico em procedimentos obstétricos cirúrgicos, garantindo segurança da gestante e do recém-nascido;
ORTOPEDISTA RQE	2252-65	Procedimento	Prestar atendimento médico especializado em Ortopedia e Traumatologia no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO, com atuação no Centro Cirúrgico; Executar procedimentos cirúrgicos ortopédicos, conforme habilitação profissional, protocolos assistenciais vigentes e capacidade instalada da unidade.
Coloproctologista/Endoscopista	2252-15	Procedimento	Agendamento para exames (equipamento da contratante)
GENERALISTA PEQUENOS PROCEDIMENTOS	2251-70	Procedimento	Prestar atendimento médico generalista no Hospital Municipal de Colorado do Oeste RO, com atuação no Centro Cirúrgico, voltado à realização de pequenos procedimentos cirúrgicos; Executar pequenos procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade, compatíveis com a formação médica generalista, tais como suturas, drenagens simples, biópsias superficiais, retirada de lesões cutâneas, entre outros;
CIRURGIAO GERAL RQE	2252-10	Procedimento	Prestar atendimento médico especializado em Cirurgia Geral aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, no Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier, no Município de Colorado do Oeste RO; Executar procedimentos cirúrgicos gerais, conforme a Tabela de Procedimentos vigente do Estado de Rondônia, respeitando a habilitação profissional, protocolos assistenciais e a capacidade instalada do hospital; Realizar os procedimentos no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal, mediante liberação e autorização prévia do Setor de Regulação, por meio do Sistema SISREG, observando a fila regulada e os critérios de prioridade estabelecidos;

2.29. FLUXOS OPERACIONAIS E PROTOCOLOS DE ACIONAMENTO

2.29.1. Fluxo de Urgência e Emergência (Porta de Entrada)

- I) No que tange ao atendimento de urgência e emergência, o Clínico Geral será a única especialidade contratada sob o regime de Plantão de 12h ou 24h. A escala deverá contemplar quantitativo suficiente para garantir o primeiro atendimento, a estabilização de pacientes críticos e a condução de partos normais de risco habitual.
- II) Em estrita observância à organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS), os casos de urgência obstétrica (ex: descolamento prematuro de placenta, sofrimento fetal agudo) que extrapolem a capacidade resolutive do Clínico Geral não contarão com Ginecologista/Obstetra de sobreaviso presencial. Tais intercorrências seguirão o fluxo de regulação estadual, com transferência imediata para o município de referência (Vilhena/RO), Não haverá previsão de Ginecologista/Obstetra de sobreaviso presencial para urgências obstétricas nesta unidade.
- III) De igual modo, situações que demandem reanimação neonatal de urgência em partos não agendados serão conduzidas pela equipe plantonista (Clínico e Enfermagem), haja vista que a unidade não comporta Pediatra presencial ininterrupto para este fim.

2.29.2. Fluxo de Agendamento Cirúrgico (Regime de Hora)

- I) Para as especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Coloproctologia e Anestesiologia, a contratação operacionalizar-se-á estritamente por meio de Agendamento Eletivo em Regime de Hora.
- II) A Diretoria Clínica do Hospital consolidará a demanda mensal estimada inicialmente em 15 a 25 cesáreas/mês, além de cirurgias gerais e endoscopias dimensionadas conforme os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.631/2015 e convocará os especialistas para o cumprimento de blocos de horas cirúrgicas.
- III) O fluxo de contabilização exigirá o registro de ponto eletrônico (entrada e saída) no dia do procedimento, condicionado obrigatoriamente à apresentação do relatório cirúrgico devidamente assinado no prontuário eletrônico.

2.29.3 Fluxo de Atendimento Pediátrico

- I) No que concerne à Pediatria, a atuação dar-se-á em Regime de Hora, focada em duas frentes: (a) acompanhamento de recém-nascidos na sala de parto, restrito exclusivamente aos partos cesáreos previamente agendados; e (b) evolução clínica diária dos pacientes pediátricos internados na enfermaria (visita horizontal).

2.29.4. Fluxo Inovador de Tele-Urgência Ortopédica

- I) Sob o prisma da garantia de suporte especializado ininterrupto, aliado à racionalidade do gasto público, institui-se o modelo de Tele-Urgência 24h para a Ortopedia, amparado pela Lei Federal nº 14.510/2022 e pela Resolução CFM nº 2.314/2022.
- II) O protocolo de acionamento observará o seguinte rito rigoroso:
- a) **Acionamento:** Diante de uma emergência ortopédica, o Clínico Geral plantonista realizará o atendimento inicial, solicitará o exame de Raio-X (disponível 24h) e acionará o Ortopedista escalado na Tele-Urgência.
- b) **Teleinterconsulta:** O Ortopedista avaliará a imagem radiográfica remotamente e orientará o Clínico Geral, em tempo real, quanto à conduta (imobilização, redução fechada, analgesia ou regulação para transferência).
- c) **Corresponsabilidade Técnica:** Para garantir a higidez jurídica e a segurança do paciente, o Ortopedista é corresponsável pelo atendimento. O especialista deverá assinar digitalmente o prontuário eletrônico em conjunto com o Clínico Geral, atestando a orientação fornecida.
- d) **Remuneração:** O pagamento do Ortopedista não ocorrerá por disponibilidade passiva, mas exclusivamente por evento (atendimento de tele-urgência efetivamente realizado e assinado). Concomitantemente, o Ortopedista contará com um banco de horas presenciais para a realização de consultas ambulatoriais de retorno e eventuais procedimentos cirúrgicos eletivos que a unidade venha a comportar.

2.30. DIRETRIZES DE CONTROLE E FATURAMENTO

2.30.1. Registro de Ponto e Produtividade: Impõe-se a instituição obrigatória de registro de ponto eletrônico para os regimes de plantão e horas presenciais. O faturamento mensal estará condicionado ao cruzamento das horas registradas com a produção inserida no sistema de prontuário eletrônico.

Regime	Indicador de Produtividade para Faturamento	Documento Comprobatório
Plantão (Clínico Geral)	Cumprimento da escala de 12h/24h	Ponto Eletrônico
Hora (Especialidades Cirúrgicas)	Procedimentos realizados no bloco de horas	Ponto Eletrônico
Tele-Urgência (Ortopedia)	Orientações efetivadas	Encaminhamento para direção dos dados pessoais do usuário atendido

2.30.2. Matriz de Glosas: Ademais, o instrumento convocatório preverá as seguintes glosas específicas para a realidade hospitalar:

Evento de Descumprimento	Penalidade Aplicável
Atraso injustificado no plantão ou bloco cirúrgico	Desconto proporcional ao tempo de atraso
Falta não comunicada com 48h de antecedência	Desconto integral + Advertência formal
Não atendimento ao acionamento de Tele-Urgência	Glosa do valor do evento + Advertência (reincidência gera suspensão)
Ausência de assinatura no prontuário/relatório cirúrgico	Retenção do pagamento da competência até regularização (prazo 24h)

2.31. MATRIZ DE RISCOS

2.31.1. Em estrita observância ao Artigo 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a Matriz de Riscos associada a este modelo.

Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação
Falha de conectividade durante a Tele-Urgência	Baixa	Alto	Manutenção de redundância de internet no hospital; uso de rede móvel (WhatsApp) como contingência.
Recusa do Clínico em assumir conduta orientada remotamente	Baixa	Médio	Previsão contratual da corresponsabilidade técnica e obrigatoriedade da assinatura digital conjunta.
Ociosidade no bloco de horas cirúrgicas agendadas	Média	Médio	Gestão rigorosa da fila de espera pela Diretoria Clínica; convocação de pacientes substitutos.

2.31.2. Ex positis, a reestruturação do método de contratação do Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier consubstanciada na adoção do Regime de Hora para procedimentos eletivos e da Tele-Urgência com corresponsabilidade técnica para a Ortopedia afigura-se como a estratégia mais aderente ao princípio constitucional da eficiência.

2.31.3. Opera-se, destarte, a perfeita adequação às premissas fáticas da unidade (existência de centro cirúrgico, raio-x 24h e prontuário eletrônico), garantindo a vantajosidade econômica para a Administração ao extinguir o pagamento de plantões presenciais ociosos para especialidades de retaguarda, sem prejuízo da segurança assistencial do paciente.

2.31.4. Dessarte, submete-se o presente Plano de Trabalho à apreciação da autoridade competente para fins de instrução do processo de edital.

2.32. TRANSFERÊNCIA INTER-HOSPITALAR (TIH) DE PACIENTES REGULADOS

PREAMBULARMENTE: DO OBJETO E DA NECESSIDADE

2.32.1. Inauguralmente, cumpre asseverar que o presente Plano de Execução disciplina o modelo de contratação por edital de serviços médicos especializados para a realização de Transferências Inter-Hospitalares (TIH) de pacientes regulados, em estado de urgência e/ou emergência, a partir do Hospital Municipal Dr. Pedro Grangeiro Xavier para unidades de referência.

2.32.2. Sob o influxo do princípio da continuidade do serviço público e da garantia do direito à saúde (Art. 196 da CF/88), a remoção de pacientes críticos demanda acompanhamento médico ininterrupto durante todo o trajeto, não se admitindo solução de continuidade na assistência.

2.32.3. Haja vista a imprevisibilidade inerente às urgências médicas e a impossibilidade de desguarnecer a escala de plantão interno do Hospital Municipal, subjaz à presente demanda o imperativo de instituir um sobreaviso de acionamento imediato, garantindo a disponibilidade de profissional médico externo à escala interna exclusivamente para a consecução do transporte sanitário avançado.

2.33. DO MODELO DE ACIONAMENTO E TEMPO DE RESPOSTA

2.33.1. No que tange à sistemática de convocação, a execução do serviço ocorrerá sob demanda, mediante estrito acionamento formal pela Diretoria Clínica ou pela Central de Regulação do Município.

2.33.2. Em estrita observância ao caráter de urgência/emergência das remoções, o profissional ou empresa, uma vez acionado, deverá disponibilizar o médico no Hospital Municipal em um intervalo máximo e improrrogável de 01 (uma) hora, sob pena de aplicação imediata de glosas e sanções contratuais.

2.33.3. Impende asseverar que o cômputo do tempo de resposta inicia-se no exato momento da confirmação de recebimento da comunicação oficial (via sistema, aplicativo de mensagens institucional ou ligação gravada).

2.34. SOB A ÓTICA DA VANTAJOSIDADE: ANÁLISE DO MODELO DE REMUNERAÇÃO

2.34.1. Para a definição da sistemática remuneratória, procedeu-se à análise comparativa entre o modelo de "Remuneração por Viagem/Quilometragem" e o modelo de "Remuneração por Plantão de Deslocamento".

2.34.2. Concomitantemente, verificou-se que a Remuneração por Plantão de Deslocamento revela-se a metodologia mais aderente à realidade fática e à segurança jurídica, porquanto engloba, em um valor unificado e prefixado, todas as variáveis inerentes à operação, a saber:

- a) A complexidade do manejo de paciente crítico em ambiente restrito (ambulância UTI).
- b) O risco ocupacional e de vida inerente ao tráfego rodoviário.
- c) O tempo de espera nos hospitais de destino para a efetiva passagem do caso.
- d) Os custos operacionais diretos do profissional (alimentação e, quando aplicável, hospedagem pernoite).

2.34.3. Nesse esteio, a adoção do pagamento por Plantão de Deslocamento afasta a complexidade administrativa de conferência de notas fiscais de refeição e hospedagem, bem como mitiga o risco de apontamentos por órgãos de controle acerca do pagamento de diárias a profissionais sem vínculo estatutário, tese reiteradamente rechaçada pelos Tribunais de Contas.

2.35. DA MATRIZ DE REMUNERAÇÃO E DESTINOS DE REFERÊNCIA

2.35.1. Ex positis, a matriz de remuneração para as Transferências Inter-Hospitalares (TIH) fica estabelecida com base na distância, no tempo estimado de deslocamento (ida e volta) e na necessidade de repouso do profissional, conforme a seguinte parametrização:

Destino de Referência	Distância Estimada (Ida)	Carga Horária Equivalente	Remuneração (Plantão)	Inclusões Obrigatórias no Valor Prefixado
Vilhena (Curta Duração)	Até 100 km	Até 06 horas (Ida e Volta)	Apuração por hora realizada fora da sede, calculada	Risco de estrada, alimentação leve.

			conforme tabela de preços do item 03 e mediante validação do Relatório de Viagem/Plantão	
Cacoal	Aprox. 250 km	Até 12 horas (Ida e Volta)	Apuração por hora realizada fora da sede, calculada conforme tabela de preços do item 03 e mediante validação do Relatório de Viagem/Plantão	Risco de estrada, alimentação integral.
Ji-Paraná	Aprox. 350 km	Até 24 horas (Ida e Volta)	Apuração por hora realizada fora da sede, calculada conforme tabela de preços do item 03 e mediante validação do Relatório de Viagem/Plantão	Risco de estrada, alimentação, hospedagem/pernoite.
Porto Velho	Aprox. 700 km	Até 36 horas (Ida e Volta)	Apuração por hora realizada fora da sede, calculada conforme tabela de preços do item 03 e mediante validação do Relatório de Viagem/Plantão	Risco de estrada, alimentação, hospedagem/pernoite.

2.36. CONTROLE DE PRODUTIVIDADE E FATURAMENTO

2.36.1. O pagamento dos profissionais estará condicionado à apresentação formal de relatório de produtividade, extraído dos sistemas oficiais (e-SUS, SISREG ou prontuário eletrônico) e relatório de viagem comprovando o cumprimento integral da agenda estipulada e/ou dos eventos realizados.

2.36.2. O pagamento por deslocamento fora da sede do município observará o limite máximo estabelecido na Carga Horária Equivalente, salvo justificativa excepcional aprovada pela unidade hospitalar.

2.36.3. A tabela a seguir sintetiza os indicadores de produtividade mínima e a forma de aferição por ITEM/regime:

Unidade	Regime	Indicador de Produtividade	Meta Mínima	Forma de Aferição
(Hospital)	Plantão (Clínico) / Hora (Especialidades) / Evento (Tele-Urgência)	Atendimentos realizados	Todos os pacientes que buscarem atendimento ou forem agendados	Prontuário eletrônico + Registro de ponto + Relatório cirúrgico (se aplicável)
(CEM)	Hora	Consultas realizadas/hora	3-4 consultas/hora (clínicas) ou 4-6 exames/turno	Registro de ponto
(UBS)	Carga Horária Semanal (30h)	Consultas realizadas/turno	12-15 consultas/turno de 6h	Registro de ponto
(CAPS I)	Carga Horária Semanal (30h)	Atendimentos + Participação em PTS	Conforme demanda do serviço	Registro de ponto
(TFD)	Sobreaviso + Evento	Remoções realizadas	Todas as demandas reguladas no turno	Relatório de remoção

2.37. REGISTRO DE PONTO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

2.37.1. Impõe-se, concomitantemente, a instituição obrigatória de registro de ponto eletrônico, preferencialmente por biometria ou reconhecimento facial, para os regimes de plantão e carga horária fixa.

2.37.2. No que concerne ao TFD, ante a dificuldade fática e tecnológica de implementação de outros meios, admitir-se-á exclusivamente o controle mediante registro de ponto físico (folha de frequência), devidamente atestado pela chefia imediata. Esta medida encontra-se em perfeita consonância com a jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU) e visa assegurar a liquidação regular da despesa (Art. 63, Lei 4.320/64).

2.38. MATRIZ DE GLOSAS E PENALIDADES

2.38.1. Ademais, o instrumento convocatório deverá prever uma Matriz de Glosas detalhada, aplicável a todos os ITENS, conforme tabela a seguir:

Evento	Penalidade	Observação
Atraso injustificado superior a 30 minutos	Desconto proporcional ao tempo de atraso	Comunicação prévia pode atenuar

Falta não comunicada com 48h de antecedência	Desconto integral do plantão/turno/hora + advertência	Reincidência enseja advertência a empresa
Abandono de plantão / Não atendimento a acionamento de Tele-Urgência ou TFD	Desconto integral + suspensão temporária	Comunicação ao CRM
Prontuário incompleto ou ausência de assinatura digital conjunta (Tele-Urgência)	Advertência na 1ª ocorrência; glosa de 10% na reincidência	Prazo de 24h para regularização
Recusa injustificada de atendimento	Advertência + apuração disciplinar	Comunicação ao CRM
Descumprimento reiterado de escala (3 ou mais faltas em 60 dias)	Desdital imediato e convocação do cadastro de reserva	Garantido o contraditório e ampla defesa

3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 29/2024.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

6.1.1 Sustentabilidade:

6.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações e Sustentáveis CGU.

6.1.1.2 Que os serviços sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

6.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

6.2.1 Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

6.3 Da vedação de contratação de marca ou produto:

6.3.1 Para a contratação do objeto NÃO haverá vedações ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

6.4 Subcontratação:

6.4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

b) A subcontratação parcial do serviço só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/21;

c) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do eventual contrato

6.5 Garantia da contratação:

6.5.1 Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Condições de Entrega:

7.1.1 Não poderão concorrer direta ou indiretamente neste certame:

a) responsável pela licitação, conforme artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

c) A Prefeitura de Colorado do Oeste - RO, através da SEMUSA poderá realizar reduções ou acréscimos nos serviços ou horas, bem como cancelar qualquer intervenção que julgar impertinente, justificada com antecedência de 30 (trinta) dias.

7.1.2 A empresa deverá disponibilizar dados de seu colaborador para inclusão no CNES da Unidade de Saúde para fins de faturamento de procedimentos do SUS e no SISREG para programação das agendas de atendimento, que caso ocorra incompatibilidade de registro no CNES o profissional ou empresa será notificada, evitando a perda de registro de produção.

7.1.3 Cada funcionário da empresa deverá carimbar, assinar e datar os impressos médicos, prontuários, receituários e demais documentos relativos à atividade profissional no âmbito da Unidade de Saúde de modo a restar claro e objetivo seus dados para faturamento de procedimentos.

7.1.4 Deverá ser registrado nos impressos nome dos profissionais.

7.1.5 O responsável técnico da empresa é o responsável por verificar o cumprimento do devido registro da assistência nos documentos pertinentes.

7.1.6 A prestação dos serviços compreende a realização de horas médicas compatíveis com o horário de atendimento e programação da agenda no SISREG ou sistema equivalente.

7.1.7 Os serviços prestados ocorrerão sob demanda e a critério da administração.

7.1.8 A SEMUSA enviará à CONTRATADA, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a programação das agendas no SISREG para o mês.

7.1.9 Os profissionais cadastrados no SISREG deverão comparecer na unidade correspondente no horário determinado.

7.1.10 A empresa, deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos preestabelecidos pela SEMUSA e legislações vigentes.

7.1.11 As empresas deverão ofertar serviços no âmbito das Unidades Especializadas desta municipalidade, mediante a realização de atendimento ambulatorial, com prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, cuidados paliativos, cuidado integrado e gestão qualificada, mediante trabalho em equipe multiprofissional, sobre os quais as equipes assumem a responsabilidades quanto ao atendimento da população.

7.1.12 A prestação dos serviços ocorrerá de acordo com a demanda e os valores serão pagos de acordo com o quantitativo de horas trabalhadas, conforme o estabelecido em licitação.

7.1.13 O pagamento pelos serviços prestados será efetuado em até 30 (trinta) dias, observando o trâmite administrativo da prefeitura de Colorado do Oeste - RO, de acordo com os valores estipulados no objeto, considerando o número de horas trabalhadas, que deverá ser comprovada através de relatório emitido pelo Responsável Técnico Médico e Gerente da Unidade, informando dias, local e horários da prestação do serviço durante o mês.

7.1.14 A empresa estará ciente que, a SEMUSA receberá o profissional contratado, nas condições atuais das Unidades de Saúde.

7.1.15 Não será aceito atestado médico ou falta, na interrupção da prestação do serviço, de tal modo que a empresa deverá comunicar com antecedência de mínima de 24 horas para que a Administração Pública, possa providenciar profissional para substituição de profissional em caso impeditivo do comparecimento para o cumprimento de horas pré-estabelecidas.

7.1.16 A empresa deverá apresentar escala médica, com até 03 (três) dias de antecedência, descrevendo o profissional que irá cumpri-la. O processo de trabalho e a distribuição da carga horária (horas médicas a serem cumpridas) do profissional médico é de responsabilidade da SEMUSA, que deverá levar em consideração o déficit dos profissionais médicos nas Unidades de Atenção Especializada, a fim de garantir à população amplo acesso à saúde.

7.1.17 A empresa deverá ter cuidado com a pontualidade na prestação do serviço aos usuários para evitar desgastes dos mesmos, sob pena de descontos no pagamento e aplicação de sanções previstas neste edital, em seu termo de referência, bem como, na Lei 14.133/21.

7.1.18 A prestação de serviços pela empresa, deverá respeitar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, as determinações das normas e dos Regimentos Internos das Unidades de Saúde e/ou similares, cumprimento dos Protocolos estabelecidos pelo município para todos os tipos de agravos e/ou condições de saúde e dos fluxos estabelecidos pela SEMUSA de Colorado do Oeste - RO.

7.1.19 Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á os registros em prontuários e registro de frequência por meio de ponto eletrônico nas Unidades de Saúde, confirmando o atendimento realizado pelo profissional executante na jornada trabalhada.

7.1.20 A empresa, através de seu profissional, deverá alimentar e manter atualizado, conforme prazos estabelecidos pela SEMUSA, planilhas de acompanhamento/monitoramento estabelecidas, prontuário físico ou eletrônico, Fichas de Notificação e/ou similares e os Sistemas de Informação em uso, bem como deverá manter o registro dos usuários atendidos, relacionando o diagnóstico médico, tratamento adotado, evolução de saúde/doença e encaminhamentos realizados.

7.1.21 Prestar atendimento aos usuários do serviço de saúde pautando-se nas diretrizes da Política Nacional de Humanização, extinguindo qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente prestados ao usuário, bem como não deverá realizar a indicação/encaminhamentos para serviços privados, através de ofertas ou similares, que obriguem o desembolso financeiro do usuário.

7.1.22 As empresas responderão exclusiva e integralmente pela utilização de seu contratado, para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SEMUSA.

7.1.23 As Pessoas Jurídicas deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

7.1.24 As empresas deverão contribuir para a manutenção dos registros atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES e Sistema Nacional de Regulação.

7.1.25 As Pessoas Jurídicas deverão prestar o serviço contratado a partir do momento da assinatura do contrato.

7.1.26 Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias e avaliações técnicas dos serviços prestados pela empresa que serão realizadas pelas áreas técnicas da SEMUSA.

7.1.27 As empresas ficarão sujeitas à auditoria da SEMUSA durante a vigência do contrato. 7.1.28 As Pessoas Jurídicas deverão comunicar à SEMUSA toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

7.1.29 A empresa deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à SEMUSA ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos.

7.1.30 As Pessoas Jurídicas deverão apresentar sempre que solicitado pela SEMUSA, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

7.1.31 Obedecer rigorosamente aos Códigos de Ética Profissional vigentes, bem como às resoluções dos seus respectivos Conselhos de Classe e à Lei do Exercício Profissional pertinente a cada categoria.

7.1.32 Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis, fornecidos pela SEMUSA.

7.1.33 Realizar outras ações e atividades, de acordo com as prioridades locais, definidas pela SEMUSA de Colorado do Oeste- RO.

7.2. Por tratar-se de processo eletrônico o fornecedor poderá se credenciar junto ao site: www.coloradodoeste.ro.gov.br. Com o edital poderá acompanhar seus empenhos e processos, bem como assinar eletronicamente a demanda de documentos podendo enviar e receber documentos instantaneamente.

7.3. O empenho e requisição serão enviados eletronicamente, para endereço informado (contratado) no eventual contrato ou instrumento equivalente pelo indicado;

7.4. O empenho e requisição serão computados como recebido em qualquer uma das hipóteses a seguir: no caso de serem enviados por um servidor ou carta com Aviso de Recebimento se oficializará com o comprovante de recebimento do servidor indicado;

7.5. A administração tem a livre iniciativa de optar em enviar por qualquer um dos meios, ou poderá também fazê-lo utilizando-se de dois ou todos os meios acima estipulados;

7.6. A comunicação eletrônica adotado como a regra, sendo as demais a exceção, facultada a administração em realiza-la ou não, buscando desta forma atingir a economicidade do orçamento público;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Colorado do Oeste/RO, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 Fiscalização:

8.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo designada como Fiscal de Contrato a Sr. Cleison Passos da Silva Assessor Especial de Saúde, podendo ser substituído por servidor formalmente designado, sendo permitido o apoio técnico de terceiros para subsidiá-la no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela fiscalização contratual.

8.6.1.1 Fiscalização Técnica:

8.6.1.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.1.1.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

8.6.1.1.3 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6.1.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6.1.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.1.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.6.1.2 Fiscalização Administrativa:

8.6.1.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.6.1.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

-

8.7 Gestor do Contrato:

8.7.1 Fica designado como gestor do contrato: **Cleison Passos da Silva** - Assessor Especial De Saúde.

8.7.1.1 O referido gestor ficará responsável pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.

8.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.8. Da Vigência Do Eventual Contrato

8.8.1. O Prazo de vigência do instrumento Contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser alterada ou prorrogada, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

8.8.2 Por tratar-se de registro de preços com validade de 12 (doze) meses, considerando que este prazo venha a atingir mais de um exercício, e que caso os empenhos efetuados não podem ser utilizados em diferentes exercícios, logo estes empenhos poderão ser cancelados em 31/12/2026, devendo serem efetuados novos empenhos no exercício seguinte.

8.8.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

9. CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 Recebimento:

10.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

-

10.2 Liquidação:

10.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.2.2 Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o):

a) Fundo Municipal de Saúde de Colorado do Oeste/RO, CNPJ nº 19.275.776/0001-42.

10.2.3 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4 As Notas Fiscais correspondentes à execução do contrato deverão ser emitidas discriminando o que segue:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) número do contrato/empenho e do processo;
- d) dados do órgão contratante;
- e) informações bancárias da Contratada, que permitam realizar o pagamento;
- f) o período respectivo de execução do contrato;
- g) o valor a pagar; e
- h) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- i) outras informações correlatas, exigidas pelo setor administrativo competente, se for o caso.

10.2.5 Para fins de liquidação das despesas e verificação da manutenção das mesmas condições de Habilitação por parte da Contratada, o Órgão responsável pela contratação, deverá encaminhar ao Setor responsável pela liquidação os documentos conforme segue:

I. Nota Fiscal, contendo:

- a) carimbo de atesto e assinatura do Conferente e do Fiscal do Contrato ou outro instrumento utilizado;
- b) todas as exigências contidas no subitem 10.2.4, deste termo.

II Certidões de regularidade:

- a) certidão Negativa de Débito com a União/INSS;
- b) certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da contratada;
- c) certidão Negativa de Débito Municipal, da sede da contratada;
- d) certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo TST;
- e) certidão de Regularidade com o FGTS.

III Laudo, conforme modelo sugerido pela Administração Municipal; e

IV Autorização de Compra (ou AF), quando for o caso;

10.2.6. Se a contratada, eventualmente, apresentar certidão de regularidade fiscal e trabalhista com pendência de débitos, sem prejuízo do recebimento por aquilo que já havia sido regularmente executado, será notificada para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9 As parcelas efetivamente executadas do objeto, terão seus pagamentos realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão fiscalizador.

10.2.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.2.11. Caso se faça necessária a retificação de nota fiscal por culpa da Contratada, o prazo para pagamento terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da nota fiscal corrigida ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

10.3 Prazo de pagamento:

10.3.1 O pagamento será efetuado no **prazo de até 10 (dez) dias uteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.3.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.3.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.3.7 Os pagamentos serão realizados por transferência online em conta corrente, preferencialmente nas Agências do Banco do Brasil. Para outras Agências estão sujeitas à cobrança de taxas (TED ou DOC), este valor será descontado do fornecedor contratado;

10.3.8 Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de Agosto de 2023 (https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

10.3.9 As empresas optantes pelo Simples Nacional não terão retenção na fonte, conforme disposições legais. Para tanto, a empresa deverá comprovar sua situação junto ao Simples Nacional periodicamente.

10.3.10 As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas Informações para o Fornecedor das Ordens de Fornecimento/Empenho, constando número do empenho, item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

10.3.11 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas do edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

10.4 Antecipação de pagamento:

10.4.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10.5 Cessão de crédito:

10.5.1 A presente contratação não permite a cessão de crédito.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, na **Intenção de Registro de Preço**, com fundamento no art. **28, Inciso I e artigo 82, Inciso V, da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 026/032/2024**. Com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.1.2. Para o presente processo, será adotado o sistema de registro de preços, com fundamento no artigo 82 da Lei nº 14.133/21.

11.2 Forma de fornecimento:

11.2.1 Os serviços serão prestados de acordo com o especificado pelo contratante deste Edital.

11.2.2 Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

10.2.3 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

11.3 Habilitação jurídica:

11.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.3.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.3.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.3.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4 Habilitação trabalhista:

11.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal.

11.4.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

11.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.5. Qualificação Econômico-Financeira

11.5.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

11.5.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.5.3 Considerando o disposto no item 11.5 do edital, que trata da exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais e dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informamos que:

IV) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercícios sociais, comprovando;

V) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

VI) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

VII) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

VIII) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

IX) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

X) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.5.4 DA DISPENSA DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA O MEI:

I) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar o balanço nos termos da lei. Contudo, o **Microempreendedor Individual (MEI)** está **dispensado** da apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis, em conformidade com o disposto no **art. 1.179, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil)** e no **art. 18-A, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que o valor estimado para a contratação (item ou lote) não ultrapasse o teto de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).**

II) Em itens ou lotes que os valores que não ultrapasse o teto de **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, para fins de habilitação, o MEI deverá apresentar, em substituição ao balanço a **Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI)** relativa ao último exercício fiscal.

III) Em itens ou lotes que os valores ultrapassarem o teto de **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, deverá cumprir integralmente com as exigências de qualificação econômica destinadas às demais empresas, inclusive com a apresentação do **Balanço Patrimonial** e demonstrações contábeis.

11.6 Qualificação Técnica:

11.6.1 Documento de Identidade Profissional onde consta o número de inscrição junto à entidade profissional da área de atuação;

11.6.2 Certificado de conclusão de curso: Diploma devidamente registrado no órgão ou entidade competente;

11.6.3 Certificado de registro de especialidade no respectivo conselho (se for o caso);

11.6.4 Certidão que comprove adimplência/quitação de anuidade junto ao Conselho Regional da Categoria; 11.6.5 Certidão negativa de processo junto a Comissão de Ética do Conselho Regional a qual está submetido; 11.6.6 Atualização do CNES de acordo com a Portaria SAS 134 de 05 de abril de 2011, junto a Secretaria Municipal de Saúde deste município; fica dispensado para empresas que prestarem os atendimentos nas unidades de Saúde pertencentes ao município;

11.6.7 Alvará Vigilância Sanitária; fica dispensado para empresas que prestarem os atendimentos nas unidades de Saúde pertencentes ao município;

11.6.8 Declaração de Entidade Filantrópica, se for o caso.

11.6.9 O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.6.10 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por entidades públicas ou privadas, comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação;

11.6.11 Comprovante de inscrição no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) da empresa e dos profissionais a serem disponibilizados;

11.6.12 Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) para médicos especialistas, conforme exigência do Conselho Federal de Medicina (CFM).

11.6.13 A LICITANTE deverá pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

11.6.14 O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

11.6.15 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema licitnet.

11.6.16 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

11.6.17 Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

11.6.18 As certidões deverão estar válidas na data da solicitação dos documentos de habilitação, salvo os casos beneficiários da lei 123/2006.

11.6.19 Declaração de capacidade técnica comprovada para atendimento na Rede de Urgência e Emergência para os itens 01 e 02.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de **3.228.139,59 (três milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

13. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1 Serão reajustados os preços, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para reajuste, conforme o IPCA.

13.2 **Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro**, de acordo com o inciso II, art. 124 da lei 14.133/2021, para restabelecer a relação inicialmente pactuada objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devendo ser requerido e comprovado pela CONTRATADA.

14. DO REAJUSTE

14.1 O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

15 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Ao que se refere à dotação orçamentária, o **artigo 69 § 6º do decreto municipal nº 026/2024** prevê que só será necessário a indicação orçamentária apenas para formalização de contrato, por tanto, como essa aquisição procede em forma de Registro de Preço, não se faz necessário.

15.2. Da fonte de Recursos: SUS/PRÓPRIO/ EMENDAS/TRASFERÊNCIAS ESPECIAIS.

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) Multa por Descumprimento Contratual (Compensatória): multa compensatória, arbitrada em valor compatível e proporcional aos possíveis danos causados à administração;

e) Multa por Atraso: a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 dias, a contar da comunicação oficial. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

f) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo nela constante.

16.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

16.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

17.2. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

18.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

18.2. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

18.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

18.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor.

19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O prazo de vigência deste registro de preços é de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação no PNCP. Podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Considerando a Resolução nº 434/2024/TCERO, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preço, atendidas as condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1. A referida contratação encontra-se amparada pelo Plano Anual de Compras (PAC) 2026, Plano Plurianual (PPA) 2026 2029, que está em elaboração e pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

20.3. Anexo externo deste Termo de Referência segue o Estudo Técnico Preliminar.

21. DA ANÁLISE DE RISCO:

21.1. Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021, entende-se que a menos complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Análise de Risco.

21.2. Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decreto Municipal, bem com as demais legislações de vigência.

22.2. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

22.3. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

22.4. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE RO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

LICITANTE _____ CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____ ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

Item	Quant.	Und	Descrição do objeto	Marca	Valor unitário	ValorTotal
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros,taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO
Pregão Eletrônico Nº 24/2026

CONTRATO, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4.132, inscrita no CNPJ nº 04.391.512/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Colorado do Oeste, RO, a seguir denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro a empresa _____, estabelecida na _____, nº _____, bairro _____, no Município de _____/_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, a seguir denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, Identidade RG nº _____, CPF nº _____, os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL

I. Constitui objeto: **Registro de Preço para Futura e CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS, NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO**, em conformidade com as especificações e descrições do Termo de Referência-Anexo I e modelo proposta de preços - Anexo II do edital amparado legalmente por nota de empenho.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

I. O prazo para a execução **será informado**, a partir da apresentação da nota de empenho e apresentação de Ordem de serviço, ou conforme a necessidade da Secretaria de Saúde, contendo demais informações pertinentes, conforme estabelecido no Termo de Referência (Anexo I do edital).

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAIS A SEREM ATENDIDOS

I. Conforme o termo de referência anexo I.

CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

I. Os pagamentos serão mensais, realizado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa **SEGES/ME 77/2022**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, observadas as retenções correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais, seguindo a ordem de cronologia de pagamentos da Administração, conforme Lei 14.133/2021.

II. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

III. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

IV. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta nos registros cadastrais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

V. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

VI. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece a lei.

II. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espreque na lei.

III. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;

IV. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

- V. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à SEMUSA e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto lícito;
- VI. Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- VII. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- VIII. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a Lei 14.133/2021.
- IX. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- X. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XI. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).
- XII. Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;
- XIII. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.
- II. Emitir Autorizações de Fornecimento, contendo especificações, quantidades, a data e o nome do servidor responsável;
- III. Disponibilizar um servidor para conferir a entrega dos objetos; não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA;
- IV. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- V. Permitir o acesso de fornecimento da CONTRATADA, aos locais de entrega, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
- VI. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- VII. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- VIII. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IX. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- X. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e Termo de Referência.
- XI. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do Termo de Referência.
- XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- XIII. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL

- I. FISCAL DE CONTRATO: A DEFINIR PELAS SECRETARIAS.
- II. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- III. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- IV. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- V. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- VI. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- VII. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- VIII. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- IX. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela

empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

X. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

XI. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

XII. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das sanções cabíveis e que ultrapasse sua competência.

XIII. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIV. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

XV. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

XVI. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

XVII. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

XVIII. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal empresa:

XIX. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e estaduais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO DO CONTRATO

I. Fica designado como gestores do contrato os ACESSORES ESPECIAIS DAS SECRETARIA SOLICITANTES: **Cleison Passos da Silva** Assessor Especial de Saúde.

II. Os referidos assessores ficarão responsáveis pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.

III. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

IV. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

V. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

VI. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

VII. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:

- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

II. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções no Art. 156, da Lei nº 14.133/21, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

III. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
 - b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos;
 - c) Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado;
- IV. As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I. O prazo de vigência deste registro de preços é de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação no PNCP. Podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

II. Considerando a Resolução nº 434/2024/TCERO, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preço, atendidas as condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA ADESAO DA ATA REGISTRO DE PREÇO.

I. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

II. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

- I. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
- II. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;
- III. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
- IV. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.

I. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

I. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, porquanto o objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS:

I. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;

II. Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de Agosto de 2023 (https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

III. As empresas optantes pelo Simples Nacional não terão retenção na fonte, conforme disposições legais. Para tanto, a empresa deverá comprovar sua situação junto ao Simples Nacional periodicamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decretos Municipais, bem como as demais legislações de vigência.
- II. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- III. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.
- IV. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

- I. A publicação do presente Contrato será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

- I.
- O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Colorado do Oeste/RO, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ASSESSORIA JURÍDICA
TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME

CPF:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - CEP 76.993-000
Fone 069- 3341-3421

E-mail semaf@coloradodoeste.ro.gov.br/ Site www.coloradodoeste.ro.gov.br

COLORADO DO OESTE - RO



Documento assinado eletronicamente por **Isaque Almeida Chaves, Assessor Tec. de Gestão do Planejamento**, em 29/06/2026 às 09:00, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 095 de 29/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br, informando o ID **597797** e o código verificador **824BF6E6**.

Referência: [Processo nº 1-862/2026](#).

Docto ID: 597797 v1